

A alegria de voltar para casa



Inara Passos

Leonardo Kayukawa retorna com a família à terra natal ao tomar posse como juiz substituto do TRT do Paraná



Inara Passos

Um magistrado de múltiplas vocações

Conheça o perfil do professor, pesquisador, enxadrista, poeta, corredor e torcedor do Paraná Clube, desembargador Luiz E. Gunther, que atua na Justiça do Trabalho há quase 40 anos

PÁGINA 6

Nova exposição no Centro de Memória

Mostra apresenta a trajetória da imprensa paranaense, com objetos históricos e foco nos profissionais que militam diariamente no exercício da liberdade de expressão

PÁGINA 11



Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Vice-Presidente:

Desembargadora Ana Carolina Zaina

Corregedora Regional:

Desembargadora Fátima T. Loro Ledra Machado

Diretor-Geral:

Sandro Alencar Furtado

Secretário-Geral da Presidência:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretário-Geral Judiciário:

Gerson Luiz Magnabosco

Secretária do Tribunal Pleno

Órgão Especial e Sessão Especializada:
Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de imprensa e

jornalista responsável:

Marcos Tosi

Redação:

*Gilberto Bonk, Lucas Oliveira, Luiz Munhoz,
Marcio Lopes e Nelson Copruchinski*

Estagiários:

*Carolina Pereira, Diego Montenegro,
Giuliana Nogara, Hélio Hattori, Lucas Karas
e Lunardo de Campos*

Fotos desta edição:

*Inara Passos, José Kalkbrener, Lucas Oliveira
e Giuliana Nogara*

Revisão:

Gilberto Bonk e Marcos Tosi

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

700 exemplares

Disponível no site do TRT

www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Radial

Missão do TRT

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.



Sugestões de matéria

Assessoria de Comunicação Social
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3310-7309
ascom@trt9.jus.br

Paranaenses voltam como juízes do TRT

Nos próximos anos, o pequeno Pedro Kazuo, nascido há apenas dois meses, terá algo de valor inestimável na infância de qualquer pessoa: o convívio próximo com os avós.

“É muito bom voltar para casa, estreitar os laços familiares e ter os avós por perto neste momento tão especial de nossas vidas”, conta o pai de Pedrinho – o juiz Leonardo Kayukawa – que há três anos atuava no TRT15, em Campinas, e que desde março de 2014 foi “repatriado” para o TRT9 após um processo de remoção. Em função do trabalho, é provável que Leonardo ainda tenha que viajar muito nos primeiros anos da vida de Pedrinho, mas as viagens serão mais tranquilas sabendo que a boa influência, o carinho e a “corujice” dos avós cercarão o menino.

Antes de entrar para a magistratura, Leonardo atuou como analista judiciário no regional paranaense e aprendeu “o caminho das pedras” no gabinete do desembargador Cássio Colombo Filho. No ato de posse, o desembargador lembrou admirar as minutas de voto do então assistente não apenas pela qualidade técnica, mas pela “sua sensibilidade e senso de justiça”.

Leonardo é natural de Apucarana, no Norte do Paraná. Curiosamente, outro ex-servidor do TRT, também do Norte, mas de Bandeirantes, retornou neste início de 2014 ao estado como juiz do trabalho substituto. Kleber Ricardo Damasceno não imaginava que apenas três anos depois de iniciar-se na magistratura, no Mato Grosso, teria a chance de remoção para o estado de origem. “Todos os meus vínculos são daqui; a minha esposa é servidora do TRT; se tiver que sair do Paraná novamente, espero que seja para um dia virar ministro do Tribunal Superior do Trabalho”, afirma. Assim como



Avó Yaiko Kayukawa, juiz Leonardo (com Pedro no colo), Tânia Juliana (servidora da 22ª Vara de Curitiba) e o avô Satio Kayukawa

Inara Passos

Leonardo, Kleber Damasceno foi servidor no regional paranaense antes de ingressar na magistratura, tendo atuado, entre 2005 e 2009, nas Varas do Trabalho de Jaguariaíva e Bandeirantes.

O juiz Fabiano Gomes de Oliveira também viveu experiência parecida à dos colegas Kleber e Leonardo – de atuar como servidor no TRT-PR, passar em concurso da magistratura de outro estado e, anos depois, voltar às origens.

“Quando passei no concurso em Minas Gerais já tinha família e quatro filhos e não havia perspectiva sobre quando poderia voltar; foi então que um juiz mineiro fez contato e sugeriu a permuta”, conta Fabiano. “Fiquei muito feliz; o processo todo foi muito ágil”, lembra, observando que o TRT-PR dá muita atenção aos que chegam e preza por atender àqueles que querem voltar ao estado. Quando servidor no TRT, o juiz Fabiano Gomes de Oliveira atuou como assistente do atual presidente do Tribunal, desembargador Altino Pedrozo dos Santos.



Juiz Fabiano Gomes atuou por 18 meses no TRT-MG

Inara Passos



Juiz Kléber Damasceno foi removido do TRT-MT

Inara Passos

Justiça do Trabalho do Paraná empossa desembargadora Thereza Gosdal



Inara Passos

Após 16 anos dedicados à Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, a professora doutora Thereza Cristina Gosdal ingressou no quadro de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. A vaga ocupada pela nova magistrada é destinada a membros do Ministério Público do Trabalho e foi criada pela Lei 12.482/2011. A solenidade de posse, conduzida pelo presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, foi realizada no Gabinete da Presidência, no dia 31 de março. Haverá ainda a posse solene no colegiado de desembargadores.

Servidores analisam versão do PJe-JT

Servidores que utilizam o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no Paraná produziram um documento conjunto em que avaliam pontos positivos e negativos da versão do programa atualmente implantada (1.4.8). O documento, enviado ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), foi resultado de uma reunião em Curitiba promovida pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) do TRT-PR.

O desembargador Ubirajara Carlos Mendes falou da importância da avaliação conjunta: “É uma oportunidade especial de tratar de todas as condições, todas as vicissitudes, todos os problemas que estamos enfrentando, com o intuito de buscarmos sempre o aprimoramento do sistema PJe-JT”.

Durante o encontro, foram apresentadas as formas de composição e as atribuições dos Grupos de Analistas

de Negócio do Processo Judicial Eletrônico. Estes grupos devem ser formados em cada Regional, em cumprimento à Resolução 94/2012 do CSJT. Eles vão atuar na homologação de novas versões ou funcionalidades do sistema.



Giulliana Nograra

Desembargador Ubirajara Carlos Mendes, servidores João Soares Miranda e Luciano Kuehne

Lições de 22 anos de magistratura



Juíza Ilse Marcelina Bernardi Lora

Ilse Bernardi Lora é juíza titular da Vara do Trabalho de Francisco Beltrão desde 1993, para onde foi promovida por merecimento apenas um ano depois de passar em segundo lugar no concurso da Justiça do Trabalho.

Antes, atuou em varas de Cascavel, União da Vitória e Foz do Iguaçu; nesta última cidade, numa época de grande volume de processos trabalhistas por causa da conclusão da obra de Itaipu.

Para a magistrada, contudo, os desafios hoje são bem mais complexos do que no início da carreira: "Há uma grande judicialização dos conflitos, as pessoas têm dificuldade para resolver suas dissensões e buscam muito

o judiciário. A informática auxilia, mas ao mesmo tempo faz com que as demandas proliferem diante das facilidades que os advogados têm para ajuizar as ações. E ainda há um grande número de advogados, o que dificulta sobremaneira a nossa atividade".

Às vezes, a inexperiência dos advogados em início de carreira pode dificultar a conciliação, diz a juíza, porque alguns têm uma expectativa que não se coaduna com a realidade dos autos.

Entre tantas situações vividas na magistratura, a juíza não esquece uma que a marcou profundamente, em um caso de assédio moral. "Eu sabia por meios officiosos que a pessoa era vítima de assédio moral, mas ela não obteve êxito por ocasião da produção da prova e eu indeferi o pedido. Isso me motivou a estudar com maior profundidade o assunto, inclusive a tentar desenvolver a tese da inversão do ônus da prova nessas situações".

Outro aprendizado da experiência de 22 anos na magistratura, segundo Ilse Bernardi Lora, é que o juiz precisa zelar pela sua saúde física e mental, cuidando para não se entregar ao trabalho de forma desmedida, sem se dar conta das consequências. O assunto, inclusive, é tema do 17º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat).

Março teve nove correições no Paraná

No mês de março, em nove correições verificou-se a qualidade e o funcionamento regular dos serviços judiciários nas varas do trabalho paranaenses. Foi o segundo ciclo de inspeções comandado pela corregedora do TRT-PR, desembargadora Fátima Teresinha Loro Ledra Machado, e equipe.

A equipe da corregedoria esteve nas seguintes unidades: Vara do Trabalho de Telêmaco Borba; de Santo Antônio da Platina; de Jacarezinho; de Bandeirantes; 1ª, 2ª, 3ª e 5ª de Curitiba; e no Posto de atendimento de Campo Largo. Além do tempo despendido no trabalho técnico, a desembargadora reservou uma hora por dia para ouvir manifestações de magistrados, servidores e do público em geral.

Conforme o Regimento Interno do TRT-PR, cabe ao corregedor, entre outras atribuições, "velar pelo funcionamento regular dos serviços judiciários do primeiro grau, expedindo os provimentos, ordens de serviço e recomendações que entender convenientes" e "exercer vigilância sobre a atuação e o funcionamento dos órgãos da Justiça do Trabalho da 9ª Região, quanto à omissão de deveres ou à prática de abusos".



Correição na Vara do Trabalho de Santo Antônio da Platina



Correição na Vara do Trabalho de Jacarezinho

■ Perfil: Desembargador Luiz Eduardo Gunther

Direito, jazz, poesia e corrida de rua



Lucas Oliveira

Uma trilha de jazz como fundo, em volume baixo, acompanha com frequência o trabalho do desembargador Luiz Eduardo Gunther em seu gabinete no TRT-PR. Pode não ser esta a intenção, mas o efeito é certo: quem entra na sala acaba envolvido pela leveza dos acordes e arrisca esquecer-se de que assunto grave mesmo tinha vindo tratar.

Este catarinense radicado há muitos anos no Paraná parece levar a sério a predestinação invocada pelo nome de sua cidade natal, Concórdia. Nada mais apropriado para quem atua na Justiça do Trabalho que, por vocação e preceito constitucional, prima pela conciliação.

Completam o perfil *concordiano* de Gunther a sua vocação para o magistério e seu gosto pela poesia. A sensibilidade de humanista e amante das artes, contudo, não interfere com o rigor do intelectual. O desembargador é estudioso do Direito do Trabalho, contando-se às centenas suas participações em congressos e simpósios, publicações de livros e artigos, orientações de graduação,

mestrado e doutorado. Por fim, se quiser saber como o desembargador mantém o condicionamento físico para tanta atividade, vá até uma corrida de rua de Curitiba: é provável encontrá-lo lá.



Entre na magistratura um ano antes da Constituição de 1988, estávamos ainda em um regime antigo, em transformação. Fui o último juiz nomeado para a Vara de Londrina pelo Presidente da República; depois, as nomeações passaram a ser feitas pelo Presidente do Tribunal.

Uma marca da Justiça do Trabalho do Paraná é a rapidez na solução dos conflitos. E isso vem desde o início da nossa história; sempre foi algo importante para o Tribunal, e continuou quando houve acréscimo de competência (Emenda 45) e incremento do aparato tecnológico.

Na Organização Internacional do Trabalho e nos países da língua inglesa, todos ficam impressionados em ver que nossos conflitos são solucionados por juízes especializados, pelo judiciário. Eles têm muito a questão da arbitragem, que nós não conseguimos implementar no Brasil, infelizmente, como solução extra-judicial.

Uma crítica recorrente dos empresários é que a Justiça do Trabalho atrapalha as empresas; primeiro, por ser um custo adicional e, segundo, por que a legislação cria muitos direitos difíceis de serem observados rigorosamente. Penso que é uma crítica injusta porque nosso país não teve a revolução industrial; do ponto de vista da evolução das relações de trabalho, somos ainda um pouco atrasados. O trabalhador não tem possibilidade de discutir suas questões. Então, a Justiça do Trabalho é uma espécie de último momento para o trabalhador, porque normalmente ele vem pra cá após ser despedido.

Aquela coisa de que nós sempre decidimos em favor do trabalhador, na verdade, é por que nossa legislação é protetiva e não poderia ser diferente, porque o trabalhador é a parte muito mais fraca da relação capital-trabalho.

Estou no magistério desde que entrei na magistratura; meu pai sugeriu, fui convidado, mas não queria aceitar. Acabei entrando na UniCuritiba em 1987, onde permaneço. O fato de lidar com jovens faz a gente sentir que, como juiz, não sabe de tudo – porque eles perguntam de tudo. Então, você fica menos arrogante, percebe que o seu conhecimento é limitado. A academia, para nós juízes, ajuda a melhorar a compreensão do problema sobre o qual estamos debruçados.



Inara Passos

Contando o tempo de advogado, o desembargador Luiz Eduardo Gunther atua na Justiça do Trabalho há quase 40 anos

Teve um caso, digamos assim, rumoroso, quando fui trabalhar como juiz em Londrina; cheguei lá e veio a Constituição de 1988, que aumentou a licença-maternidade de 84 para 120 dias. Aí eu recebi um monte de processos de empregadas querendo ampliação do direito e pedindo liminar. A discussão era em torno da fonte de custeio, se a empresa ou o INSS iria pagar. Achei importante conceder os 36 dias adicionais (para completar os 120 dias) por que, do ponto de vista técnico, era uma proteção à criança e não à mulher. Eu concedi as licenças e a notícia girou o Brasil e acabou no *Jornal Nacional*, com o Cid Moreira dizendo que vinha do Paraná a primeira decisão a garantir a licença-maternidade de 120 dias. Isso gerou uma reação em cadeia em todo Brasil e os fundamentos da decisão passaram a ser um paradigma para que outros tribunais e varas pudessem também dar o benefício às trabalhadoras. Essa decisão, entre outras, foi a que mais me marcou. //

Livro: *Era dos Extremos* (Eric Hobsbawm)

Lugar: Barcelona

Hobby: Jogar Xadrez

Time de Futebol: Paraná Clube

Prato predileto: Macarronada

Sonho ainda não realizado:

Escrever uma obra, uma espécie de manual, para passar um pouco da experiência para advogados e novos juízes

Provérbio:

“O homem pensa que é grande, monta num cavalo grande, quando cai, vê que o tombo é que foi grande”.

RECONSTRUIR-SE (SER CRIANÇA!)

Luiz Eduardo Gunther

Reconstruir-se após a desgraça,
com a música, a dança,
recriando a vida que passa,
que se procura e não se alcança.

Recolher, com firmeza,
a casa perdida, em pedaços,
pela força da correnteza,
reconstruindo novos espaços.

Montar, fio a fio, o tecido
da vida, que recomeça,
recriando, lentamente, o sentido
do que é preciso, peça a peça.

Quando as noites ruins (vilãs!),
alteradas pelo sol e pela esperança,
transformarem-se em manhãs:
voltar a ser, de novo, criança.

■ Giro nacional

Presidente Altino toma posse no CSJT

O presidente do TRT do Paraná, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, tomou posse como integrante do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). A cerimônia ocorreu no dia 28 de março.

Escolhido por aclamação, ele representa a região Sul no biênio 2014/2015. Durante esse período, o magistrado deverá participar mensalmente das reuniões do órgão colegiado, sempre na última sexta-feira de cada mês.

A reunião marcou, ainda, a estreia de Barros Levanhagen como presidente do CSJT. Eleito presidente do Conselho e do TST em dezembro do ano passado, o magistrado tomou posse no cargo em fevereiro deste ano, sucedendo ao hoje ministro aposentado Carlos Alberto Reis de Paula.



Divulgação CSJT

Uma das atribuições do CSJT é fazer a integração e o desenvolvimento dos tribunais regionais

Desembargadora Rosemarie é homenageada



Divulgação TRT15

Desembargadores Ana Carolina Zaina, Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, Rosemarie Diedrichs Pimpão e Flavio Allegretti de Campos Cooper

A desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão foi homenageada com o Grande Colar da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Ex-presidente do TRT-PR, a desembargadora recebeu a comenda na solenidade de Abertura do Ano Judiciário do tribunal trabalhista da região de Campinas, onde esteve acompanhada pela vice-presidente do TRT-PR, desembargadora Ana Carolina Zaina. Outras 26 personalidades que se destacaram pela atuação política, jurídica ou social também foram homenageadas.

Desembargadora Sueli convocada pelo TST



Inara Passos

A desembargadora Sueli Gil El Rafihi, que integra a Sexta Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, foi convocada para atuar no Tribunal Superior do Trabalho (TST) onde julgará agravos de instrumento e recursos de revista.

"Fiquei feliz e honrada com a convocação, sei da responsabilidade que isso significa e espero atender às expectativas do TST", disse a magistrada.

A convocação, pelo prazo inicial de seis meses, faz parte de um acordo de cooperação técnica firmado entre o TST e dezesseis TRTs. Grande parte do trabalho é feito no próprio tribunal de origem, em espaço físico e equipamentos separados para atividades do desembargador convocado e de sua equipe. O deslocamento a Brasília acontecerá nas sessões de julgamento.

Videoaudiências serão semanais

Audiências a distância, realizadas por videoconferência, vão ser adotadas semanalmente na Justiça do Trabalho do Paraná a partir de maio. A ferramenta foi testada com sucesso nos últimos dois anos e será agora incorporada ao cotidiano do Juízo Auxiliar de Conciliação (JAC), em Curitiba.

No dia 02 de abril, duas audiências por videoconferência resultaram em acordo: de Curitiba, o juiz Sandro Augusto de Souza conversou por vídeo e viva voz com as partes e seus advogados, que estavam no Fórum de Maringá. O valor das conciliações ultrapassou R\$50 mil. O pedido para inclusão dos processos na pauta do JAC foi iniciativa das partes.

O juiz Sandro Augusto de Souza, que presidiu audiências por videoconferência pela primeira vez, disse que em alguns minutos “parecia que todos estávamos num mesmo ambiente”. O magistrado ressaltou que entre os benefícios da audiência por videoconferência está a economia de custos e de tempo, ao se dispensar deslocamentos.



Inara Passos

Áudio e vídeo integrados: distância não é barreira

Sobre o JAC - O Juízo Auxiliar de Conciliação é uma estrutura permanente do TRT-PR. Destina-se a promover acordos de processos de 1º grau em fase de conhecimento, liquidação e execução das varas de trabalho. Realiza, ainda, conciliações em processos de 2º grau antes da publicação do acórdão e naqueles que estão em fase de admissibilidade de recurso de revista. O JAC realiza em média 20 audiências por dia.

Conciliação vence em dois casos difíceis

Foram horas e horas seguidas de diálogo, argumentação, contra-argumentação, cálculos e consultas. Por fim, duas categorias de trabalhadores que prestam serviços essenciais a Curitiba aceitaram propostas de conciliação construídas no TRT-PR, no início deste ano. As greves foram encerradas antes de causar prejuízos mais sérios à população.

Acompanhados de perto pela imprensa, os dissídios envolveram o transporte coletivo de Curitiba e região e o serviço de limpeza pública da capital. Nos dois casos, quem conduziu as negociações e tentativas de acordo foi a vice-presidente do TRT do Paraná, desembargadora Ana Carolina Zaina, com o apoio de procuradores do Ministério Público do Trabalho.



Inara Passos

Paciência, perseverança e habilidade de negociação nos dissídios coletivos: procurador do Trabalho André Lacerda, desembargadora Ana Carolina Zaina e servidor Geraldo Eustaquio Caixeta

Inspeção atesta adoção de práticas socioambientais pelo TRT do Paraná

Nenhum ponto negativo foi encontrado pela inspeção feita para verificar a adoção de práticas sustentáveis no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

Quem comandou a vistoria foi o diretor do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental do Ministério do Meio Ambiente, Geraldo Vítor de Abreu. O TRT-PR concorre ao 5º Prêmio “Melhores Práticas Sustentáveis da A3P”, que avalia práticas de órgãos públicos de todo o país relacionadas à responsabilidade socioambiental. A divulgação dos vencedores do prêmio será na primeira semana de junho.

Neste ano, o TRT inscreveu os programas “Coleta Seletiva Solidária” e “Selo Inteligência Socioambiental”. Em 2012, o tribunal recebeu menção honrosa na categoria Uso Sustentável dos Recursos Naturais pelo “Projeto Pare e Pense”.

Geraldo Abreu adiantou parte do teor do relatório da vistoria. Segundo ele, não foi encontrado nenhum ponto a ser reparado. Ele elogiou as práticas que têm sido adotadas no Tribunal e o envolvimento dos servidores e magistrados.

Os setores do Tribunal vistoriados foram o gabinete da desembargadora Nair Maria Lunardelli Ramos, a 16ª Vara do Trabalho de Curitiba, a Direção do Fórum



Inara Passos

Desembargador Ricardo Tadeu M. da Fonseca e presidente Altino Pedrozo dos Santos recebem representante do Ministério do Meio Ambiente Geraldo Vítor de Abreu

Trabalhista de Curitiba e todos os locais de armazenamento de recicláveis da zeladoria do Tribunal.

A3P - A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa voltado à implementação da gestão socioambiental. A A3P propõe critérios que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços, até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, tendo como principal objetivo a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Aumenta a adesão às ações sustentáveis

A Comissão de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental do Tribunal comemora o aumento da participação de magistrados, servidores e terceirizados na prática de ações sustentáveis. Confira abaixo as principais ações da comissão.

INCLUSÃO DIGITAL

O Programa de Inclusão Digital Roberto Dala Barba conta, neste ano, com 31 voluntários; 18 a mais que em 2013. Eles vão proporcionar que pessoas com deficiência visual, auditiva ou intelectual aprendam os segredos básicos da informática. A turma atual tem 15 alunos e as aulas vão até o final do mês de maio.



Inara Passos

Voluntários e alunos do Projeto de Inclusão Digital 2014

SEMANA DO DESCARTE

Praticamente dobrou o número de magistrados e servidores que aderiram este ano à Semana do Descarte. A campanha teve adesão de 59 pessoas, enquanto no ano passado foram 32 participantes.

Dezenas de equipamentos eletrônicos foram recolhidos, como CPUs, monitores, impressoras, baterias, celulares, câmeras fotográficas e eletro portáteis em geral. Após a triagem, os materiais inservíveis seguiram para desmonte; aqueles que ainda têm vida útil foram entregues a pessoas interessadas.

PÁSCOA SOLIDÁRIA

Outra companhia abraçada por magistrados e servidores. Neste ano, 629 ovos de chocolate foram arrecadados, ultrapassando o recorde de 627 unidades obtido em 2010. Os ovos serão entregues a crianças carentes de diversas instituições de Curitiba e região.

Centro de Memória inaugura exposição sobre trabalhadores da comunicação

O Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná promove até setembro uma exposição em homenagem aos trabalhadores dos meios de comunicação. A mostra apresenta a trajetória da imprensa paranaense, com foco nos profissionais que atuaram (e atuam) diariamente no exercício da liberdade de expressão diante de microfones ou atrás de câmeras, computadores e máquinas rotativas.

São dezenas de objetos históricos, entre fotografias, jornais, equipamentos de rádio e TV utilizados pelos trabalhadores da comunicação desde os anos 30. Os materiais pertencem aos acervos da RPCTV (GRPCOM), Museu da Imagem e do Som (SEEC), Cinemateca de Curitiba (FCC) e família Bermudes.

Estão expostos, e acessíveis para consulta, autos originais de processos trabalhistas envolvendo trabalhadores e as empresas de comunicação ao longo dos anos.



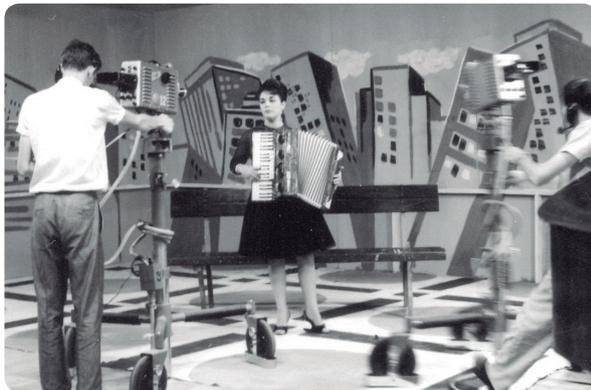
Jornalista Marden Machado, do TRE-PR, fez palestra na abertura da exposição

Inara Passos



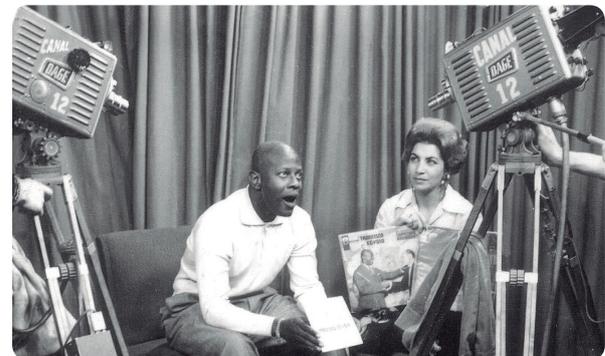
Desembargadora Ana Carolina Zaina, jornalistas Osiris Nadal, Renato Mazânek e Luiz Renato Ribas, e o presidente da Comissão do Acervo Histórico, Ney José de Freitas

Inara Passos



Programa ao vivo no Canal 12

José Kalkbrenner



Apresentadora da TV Paranaense entrevista o cantor Francisco Egydio

Acervo GRPCOM



Projektor de filme da década de 1930 e "caixa de sapato" usada para transmissões de futebol e eventos

Inara Passos



Evolução da arte de filmar pode ser vista em linha cronológica

Inara Passos

A academia de Anderson Nascimento



Imara Passos

No TRT-PR funciona uma espécie de academia de ginástica para exercitar a mente e elevar o espírito. Desde o ano passado, o professor desta academia, mais conhecida como “Coral Paraná em Cantos”, se chama Anderson Nascimento.

“Muitas vezes, a ginástica fica em primeiro lugar. As pessoas querem estar em forma, mas esquecem que existe também o relaxamento mental, que é muito importante”, observa o catarinense de Blumenau que cresceu ouvindo o pai tocar acordeão e, já aos cinco anos, iniciou-se nas aulas de piano, também pelas mãos paternas.

Anderson cria arranjos para voz e piano e, toda segunda-feira, conduz o ensaio das vozes de 20 servidores que compõem o grupo vocal do TRT. Os ensaios são no edifício Rio Branco, sede do Tribunal em Curitiba, e, na prática, funcionam como válvula para o estresse e o cansaço. “Os servidores chegam para os ensaios às 17h30 e, quando vão embora, duas horas depois, saem mais leves; isso ajuda no dia a dia do trabalho”, pondera o maestro.

O grupo vocal Paraná em Cantos, que é presença constante nos Saraus do TRT, já participou do Festival Internacional de Corais, em Belo Horizonte. “A arte educa. Eu sempre digo que um povo mais culto fica

menos doente, comete menos erros e convive melhor”, afirma o maestro.

Na adolescência, novamente influenciado pelo pai, que regia um coro de cantores amadores, Anderson decidiu aprender a arte dos maestros. Formou-se em regência e música popular, com especialização em produção musical e gestão cultural. Hoje é professor de regência e prática de coro da Universidade do Estado de Santa Catarina. Atua como maestro de diversos grupos, dentre eles o da Fundação Cultural de Joinville e o do Tribunal.

REFERÊNCIAS: Os músicos que influenciam Anderson pertencem aos mais variados estilos e épocas. Ele destaca o francês Claude Debussy, da escola impressionista (final do século XIX, início do XX), que por sinal influenciou Tom Jobim, outro nome fundamental para a formação do maestro. São também inspirações Frederic Chopin, Chico Buarque, Ernesto Nazareth e Astor Piazzola, entre outros.

Anderson afirma que a música atual não se compara à produzida no passado. No entanto, ele cita alguns nomes que merecem ser descobertos e prestigiados, como Eduardo Krieger, Rodrigo Maranhão e Guinga (“um artista que possui uma musicalidade genial”).

Serviço: Magistrados e servidores interessados em integrar o Coral do Tribunal devem entrar em contato pelo e-mail coral@trt9.jus.br. Os organizadores informam que o pré-requisito para participar do grupo é gostar de música.